



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO

TJSC

CARTÓRIOS

Simulado Especial

2º Simulado Cartórios TJSC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso de Cartórios do TJSC;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FGV, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-12-09>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**TEORIA GERL DOS ATOS NOTARIAIS E
REGISTRAIS**

Juliana Chevônica

01. Sobre emolumentos, é incorreto afirmar:

- a) Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País.
- b) Os atos específicos de cada serviço serão classificados em atos relativos a situações jurídicas sem ou com conteúdo financeiro.
- c) Os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato.
- d) É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- e) O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.

02. Marque a assertiva correta.

- a) Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficiência dos atos jurídicos.
- b) Notário, ou oficial de registro, e tabelião, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
- c) O atendimento ao público será, no mínimo, de cinco horas diárias.
- d) O serviço de registro civil das pessoas jurídicas será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.
- e) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

03. Assinale a incorreta.

- a) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
- b) A posse, na hipótese de mandato eletivo, implicará no afastamento da atividade.
- c) No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
- d) O juízo competente zelarà para que os serviços notariais e de registro sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente, podendo sugerir à autoridade competente a elaboração de planos de adequada e melhor prestação desses serviços, observados, também, critérios populacionais e socioeconômicos, publicados regularmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- e) Quando, em autos ou papéis de que conhecer, o Juiz verificar a existência de crime de ação pública, remeterá ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

04. Em razão de grande divergência jurisprudencial quanto à interpretação na aplicabilidade do art. 22 da Lei 8.935/1994, que trata da responsabilidade civil de notários e registradores, o STF decidiu, em sede de repercussão geral (tema 777), que a tese cabível é: " *O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa*". Não foi argumento lançado pela Corte na *ratio decidendi*:

- a) Trata-se de serviço público exercido/administrado em caráter privado, em razão de delegação constitucionalmente prescrita (art. 236 da Constituição da República).

b) Nada obstante os serviços notariais e de registro serem exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, o regime jurídico de direito público norteia relevantes aspectos da atividade, uma vez que os serviços notariais e de registro são atividades jurídicas próprias do Estado e, por albergarem um feixe de competências públicas, sofrem incidências do regime jurídico de direito público.

c) A delegação de uma função pública ao particular torna ele um agente delegado, que age em nome próprio e por sua conta e risco, de modo que deve ser responsabilizado nos moldes do § 6º do art. 37 da Carta Magna, sob o regime da responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco administrativo.

d) Notários e registradores são agentes públicos.

e) A incidência da responsabilidade objetiva depende de expressa previsão normativa, não admitindo interpretação extensiva ou ampliativa. Como cediço, a responsabilidade objetiva **exsurge** como exceção e deve estar expressamente contida em norma constitucional ou legal.

05. A respeito da vacância e dos interinos, é correto afirmar:

a) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, até o quarto grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local.

b) É permitida a designação de interino que teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

c) A designação do substituto para responder interinamente pelo expediente deverá ser revogada se for constatado, em procedimento administrativo, o não repasse ao tribunal de justiça do excedente a 90,25% dos subsídios de ministro do Supremo Tribunal Federal.

d) Incluem-se no rol de impedimentos para nomeação de interino os substitutos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo.

e) Incluem-se no rol de impedimentos para nomeação de interino os substitutos que cometeram crimes culposos.

06. De acordo com a Lei 8.935/1994, é incorreto afirmar:

a) Os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados à previdência social, de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

b) Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas, ou seja, sempre em ordem alfabética.

c) Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.

d) Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, através de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos, o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.

e) Nos municípios de significativa extensão territorial, a juízo do respectivo Estado, cada sede distrital disporá no mínimo de um registrador civil das pessoas naturais.

07. A delegação pode ser extinta por:

a) morte, invalidez, renúncia.

b) aposentadoria compulsória, morte, descumprimento da gratuidade legal assegurada aos cidadãos.

c) sentença judicial.

d) reincidência em faltas médias ou leves.

e) decisão administrativa.

08. Quando se trata de infrações disciplinares, é correto afirmar:

- a) É infração disciplinar o descumprimento de qualquer um dos deveres indicados no rol do art. 30 da Lei 8.935/1994.
- b) As penas podem ser de repreensão, multa, e de suspensão por sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta.
- c) A perda da delegação depende necessariamente de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Durante o período de afastamento, na hipótese de suspensão, o titular receberá 50% da renda líquida da serventia e o restante caberá ao interventor, caso designado.
- e) As penas obedecem a ordem de gradação.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

09. A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos constantes na Lei 6.015/1973, sujeitos à correição da autoridade judiciária competente. No Registro Civil das Pessoas Naturais temos um rol de livros obrigatórios sujeitos às regras da LRP. Dentre esses livros temos o livro “B” e “B-Auxiliar”. Dessa forma, é correto afirmar que serão registrados nesses livros os seguintes atos, respectivamente:

- a) Casamentos e Casamentos Religioso para Efeitos Civis.
- b) Óbitos e óbitos fetais.
- c) Proclamas e traslados de casamentos.
- d) Casamentos e proclamas.
- e) Traslados de casamentos e casamentos.

10. Dentre os deveres do Registrador constantes no artigo 30 da Lei 8.935/1994, ainda temos outros específicos dentro da especialidade. Conforme a Lei 6.015/1973 e Código de Normas Estadual, é correto afirmar que são informações que o Registrador deverá encaminhar:

- a) Semestralmente à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o mapa dos

nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no semestre anterior.

- b) Até dia 10 de cada mês ao SIRC a relação dos registros de nascimentos, natimortos, casamentos, óbitos, das averbações, das anotações e das retificações realizadas na serventia.
- c) Até dia 05 de cada mês ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV a relação de óbitos.
- d) Anualmente ao Sistema Justiça Aberta a relação das despesas, repasses, números de atos e receitas da Serventia.
- e) Quinzenalmente à Secretaria de Saúde do município relação dos óbitos e nascimentos.

11. A respeito das normas sobre o registro de nascimento constantes no Código de Normas estadual, é incorreto o que se afirma em:

- a) O registro do filho dependerá do comparecimento de ambos os pais na serventia, pessoalmente ou por intermédio de procurador com poderes específicos.
- b) Se os pais forem casados entre si ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer no ato de registro, desde que apresente: certidão de casamento; certidão de conversão de união estável em casamento; escritura pública de união estável; sentença em que foi reconhecida a união estável.
- c) Se os pais não forem casados entre si ou não houver prova da união estável, ainda assim poderá somente um deles comparecer ao ato de registro, desde que apresente declaração de reconhecimento de paternidade ou anuência da mãe, por instrumento público ou particular com firma reconhecida por autenticidade.
- d) O relativamente incapaz poderá reconhecer espontaneamente a paternidade do registrando, independentemente de assistência. O absolutamente incapaz somente poderá fazê-lo se devidamente representado pelos pais ou responsáveis legais.
- e) A declaração de maternidade da genitora absolutamente incapaz dependerá de representação de um dos responsáveis, acompanhada dos documentos exigidos para o registro, o que deverá constar do termo.

12. Determina o Código de Normas Estadual que no livro “E” serão registradas as emancipações, interdições, ausências, mortes presumidas, opções de nacionalidade, sentenças homologatórias de adoção ocorridas no exterior, atos civis ocorridos no estrangeiro e as sentenças de tomadas de decisão apoiada. A respeito especificamente do registro de emancipação, interdição e ausência é correto afirmar:

- a) No registro de emancipação sempre constará: a data do registro e da emancipação; nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento, e; nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor. Fica dispensada a referência no registro da forma como foi concedida a emancipação.
- b) No registro de interdição sempre constará: a data do registro; nome, prenome, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do interdito; data e cartório em que forem registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado; data da sentença, nome e vara do Juiz que a proferiu; nome do requerente da interdição e causa desta; limites da curadoria, quando for parcial a interdição, e; lugar onde está internado o interdito.
- c) No registro de ausência sempre constará: data do registro; nome, idade, estado civil, profissão e domicílio anterior do ausente, data e cartório em que foram registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado; nome do promotor do processo; data da sentença, nome e vara do Juiz que a proferiu, e; nome, estado, profissão, domicílio e residência do curador e os limites da curatela.
- d) A competência para o registro das emancipações, interdições e ausências é do cartório da Comarca onde foi lavrada a escritura pública da emancipação e do cartório da Comarca do Foro que proferiu a sentença da interdição ou ausência.
- e) Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito. E, após o registro da emancipação, será expedida certidão para comprovação do estado de emancipado.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Fernanda Dalmaz

13. Na rua em frente ao local onde instalado o Tabelionato de Notas de Palhoça, SC, está ocorrendo a seguinte situação hipotética: uma conduta humana comissiva, contrária ao direito. Diante desse fato, indique uma possível atuação, ou omissão, **correta** do Tabelião.

- a) em virtude do princípio da reserva de iniciativa, não é possível lavrar ata notarial de constatação, pois é vedado sair das dependências do Cartório para executar diligências.
- b) trata-se de um ilícito, portanto o Tabelião tem o poder-dever de se deslocar à cena e lavrar a ata notarial, prescindindo pedido de qualquer pessoa.
- c) A pedido de Juliana, 24 anos, que ali transitava e presença a cena, é possível lavrar a ata notarial de constatação do ilícito, mediante diligência.
- d) A conduta humana é lícita e pode ser objeto de constatação, pelo Tabelião, via ata notarial.
- e) Se optar pela lavratura da ata notarial, é recomendado que o Tabelião deixe bem claro se se trata de ato lícito ou ilícito, no corpo do ato notarial.

14. Marcos viu algumas notícias na mídia sobre planejamento sucessório e decidiu comparecer no Tabelionato de Notas de sua confiança para se informar um pouco mais sobre o que poderia ser feito. Ele contou ao Tabelião que tem dois imóveis, alguns veículos antigos de coleção, e cotas empresariais. Além disso, investe em ações e outros fundos. Narrou também que tem renda suficiente para sua subsistência até o final da vida, mesmo que se desafaze de todos os seus bens. Por fim, contou que tem duas filhas e muito apreço pelo sobrinho, Lucas, de 10 anos, que perdera o pai muito cedo, e merece a ajuda do tio. Diante da situação, assinale a **INCORRETA**.

- a) Para ajudar o sobrinho, Marcos tem a opção de doar – ainda em vida – um dos seus imóveis a Lucas.
- b) Se decidir doar o imóvel, é necessário buscar um alvará judicial, mesmo que se trata de uma doação pura, uma vez que Lucas é civilmente incapaz.
- c) Desde que respeitada a legítima, Marcos pode incluir seu sobrinho em testamento, mesmo que o sobrinho manifeste interesse em não ser herdeiro.

- d) O testamento, que poderá ser lavrado pelo Tabelião ou seu substituto, deverá ser registrado necessariamente em livro próprio, ou seja, o “Livro de Testamento”.
- e) Se Marcos apresentar testamento cerrado, ele poderá aprovado pelo Tabelião ainda que contenha rasuras.

15. Sobre os livros do Tabelionato de Notas, analise as assertivas e assinale a **CORRETA**.

- a) O livro de protocolo é opcional, mas recomendado dado o melhor controle da serventia.
- b) Todas as folhas devem ser, obrigatoriamente, assinadas pelo Tabelião.
- c) Procurações e substabelecimentos podem ser lavrados no mesmo livro.
- d) O livro índice deve ser sempre organizado pelo sistema de fichas, mesmo que tenha arquivo eletrônico correspondente.
- e) O livro de reconhecimento de firma é opcional.

16. Vanessa compareceu no Tabelionato de Notas de Lages/SC e formalizou pedido de lavratura de escritura, contendo todos os documentos necessários à sua formalização. Dez dias depois, a escritura fora minutada, validada por Vanessa e enfim, lavrada. Mas Vanessa não assinou o ato, dizendo estar atarefada no trabalho. Pediu para agendar a assinatura após 45 dias. Assinale a alternativa **correta**:

- a) O ato notarial deverá ser concluído, no máximo, em 30 (trinta) dias, a contar de sua lavratura, com a aposição de todas as assinaturas.
- b) Se Vanessa não assinar a escritura no prazo, o Tabelião deverá declarar nula a escritura com a consequente anotação no campo das observações do Livro de Protocolo.
- c) No momento da entrega dos documentos, deverá ocorrer o lançamento no Livro de Protocolo, devendo o Tabelião entregar comprovante ao interessado, contendo a relação detalhada dos documentos depositados em cartório pelo interessado na prática do ato.
- d) Vanessa poderá, posto que parte, mas desde que pessoalmente ou por meio de procurador com

poderes especiais, solicitar ao Tabelião a expedição de certidão do ato incompleto.

- e) Mesmo que falte tão somente a assinatura do Tabelião, em ato assinado por todas as partes, a certidão somente poderá ser emitida por meio de autorização judicial.

17. Andressa trabalha como office girl num renomado escritório de advocacia de Porto União e recebeu a seguinte missão: conseguir o reconhecimento de firma em um contrato de aluguel emitido por um cliente, escrito em espanhol. Foi então ao Tabelionato de Notas mais próximo e lá foi orientada sobre os serviços. Sobre a situação narrada, marque a alternativa **correta**:

- a) O reconhecimento de firma por autenticidade dispensa a presença do signatário, então Andressa pode resolver a missão por meio dessa espécie de reconhecimento de firma.
- b) Não será possível realizar o reconhecimento de firma, uma vez que o contrato fora redigido em outro idioma. Assim, o Tabelião deve orientar a office girl para que seja emitido uma nova versão, no vernáculo.
- c) No reconhecimento de firma por semelhança é efetuado o confronto da assinatura apresentada pela parte no contrato com a ficha-padrão depositada no cartório, se o emitente do contrato tiver ficha depositada lá.
- d) Na falta de declaração expressa quanto à espécie de reconhecimento, entender-se-á como realizado por autenticidade.
- e) Os emolumentos são cobrados apenas na elaboração da ficha-padrão, mas não em sua renovação, que pode ocorrer na hipótese de alteração do padrão de assinatura anteriormente depositada.

18. Eliana quer vender seu terreno, localizado na cidade de Governador Celso Ramos, próximo à praia de “Gancho do Meio”, que comprou antes de seu casamento com Edson. O casamento fora realizado com o regime de separação obrigatória de bens, na medida em que Eliana era viúva ao tempo do casamento, e ainda não havia sido realizado inventário dos bens do casal e partilhados os bens aos herdeiros. O terreno fora comprado quando ela já era viúva. Diante da situação hipotética, analise e assinale a **correta**.

- a) Como os bens não se comunicam, Eliana pode vender seu imóvel sem anuência de Edson, sem ressalvas.
- b) A escritura de venda do terreno pode ser lavrada mesmo sem o consentimento de Edson, mas será anulável.
- c) Edson não tem direito ao terreno mas deverá assinar em conjunto com Eliana a escritura de venda, não tendo oportunidade de manifestar a sua anuência em outro momento.
- d) Se não tiver a assinatura de Edson, Eliana não tem opção senão não vender o terreno.
- e) apenas na hipótese de casamento realizado com separação de bens via pacto antenupcial lavrado em Tabelionato de Notas é que seria possível dispensar a anuência de Edson.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

19. Carlos apresentou, de uma única vez, 15 documentos para protesto contra várias pessoas. O distribuidor de São José-SC deve adotar o seguinte procedimento:
- a) Distribuir incontinenti todos os títulos de imediato para as devidas serventias de protestos da cidade, sem qualquer prazo suplementar.
 - b) Distribuir todos os títulos em até quarenta e oito horas da apresentação, indicando os tabelionatos de protesto para os quais foram efetivados.
 - c) Distribuir todos os títulos em até vinte e quatro horas da apresentação, indicando os tabelionatos de protesto para os quais foram efetivados.
 - d) Distribuir todos os títulos em até quarenta e oito horas da apresentação, indicando os tabelionatos de

protesto para os quais foram efetivados, mesmo que seja único.

- e) Distribuir todos os títulos em até vinte e quatro horas da apresentação, indicando os tabelionatos de protesto para os quais foram efetivados, mesmo que seja único.

20. Analise as assertivas sobre o procedimento de intimação do Protesto segundo as normas de serviço do TJSC:

- I – a intimação por telefone é proibida.
- II – se houver mais de um devedor, o início do prazo legal para cumprimento da obrigação começa a contar da última intimação.
- III – considera-se cumprida a intimação quando retornar o comprovante de aviso de recebimento da intimação.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.
- e) Somente I e III.

21. Sobre a Lei de Protestos e o Código de Normas do TJSC, verifique as afirmações abaixo:

- () Não será distribuído documento de dívida com ausência de requisito formal exigido para o protesto.
- () O distribuidor não efetuará a baixa do registro por requerimento do procurador, com poderes gerais, munido de certidão capaz de evidenciar que o registro do protesto e o respectivo cancelamento, estão devidamente averbados no tabelionato de protesto competente.
- () O apresentante que fornece endereço incorreto, com nítida má-fé, responderá por reparação civil de perdas e danos, além das sanções civis, administrativas ou penais do caso concreto.
- () Caso o título ou documento tenha sido distribuído sem o requisito formal, o Tabelião de Protestos

devolverá o documento ou o título ao apresentante, mediante recibo.

Aponte a sequência correta:

- a) F - F - F - F
- b) V - V - V - V
- c) F - V - V - V
- d) V - F - F - F
- e) F - V - V - F

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andréa Santiago

22. Maria comprou um terreno urbano, no qual há uma construção, sem que esteja averbada na matrícula do imóvel. O título de propriedade, todavia, descrevia, de acordo com as exigências legais e de modo preciso, o terreno, porém não há qualquer menção à construção. Quando Maria tentou registrar a escritura pública, o Cartório de Registro de Imóveis se recusou à prática do ato, exigindo a prévia averbação da construção na matrícula do imóvel. Acerca do caso retratado, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Maria deverá apresentar mandado de segurança contra o Oficial Registrador do Cartório, tendo em vista que a averbação da construção não pode ser exigida para o registro da propriedade.
- b) Maria deverá requerer a instauração do procedimento de dúvida, alegando a aplicabilidade, no caso, do princípio da cindibilidade do título.
- c) A exigência do Cartório de Registro de Imóveis é correta, tendo em vista a aplicação, no caso, do princípio da especialidade subjetiva.
- d) Maria deverá peticionar ao Corregedor Local Permanente para que adote as providências cabíveis contra o Oficial Registrador, tendo em vista a ilegalidade da exigência não prevista em lei.
- e) Maria deverá requerer a instauração do procedimento de dúvida, alegando a aplicabilidade, no caso, do princípio da continuidade registral.

23. Acerca do protocolo de títulos no Registro de Imóveis, pode-se corretamente afirmar:

- a) Se forem apresentadas, no mesmo dia, duas escrituras públicas de compra e venda sobre o mesmo imóvel, sempre terá prioridade a que primeiro for protocolada, ainda que tenham sido consignadas em ambas a hora exata de sua lavratura.
- b) Protocolizado o título, proceder-se-á ao registro, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- c) Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante 30 (trinta) dias que os interessados na primeira promovam a inscrição e, após esse prazo, se não for apresentado o título anterior, a segunda hipoteca será inscrita e terá preferência sobre a primeira.
- d) Podem ser registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel, prevalecendo a ordem de prioridade na apresentação.
- e) Prevalecerão, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos prenotados no Protocolo sob número de ordem mais baixo, devendo-se realizar o registro imediato do primeiro apresentado.

24. Quanto ao processo de registro no ofício imobiliário, é correto afirmar:

- a) O título de natureza particular apresentado em uma só via será arquivado em cartório, não sendo possível ao oficial fornecer, a pedido, certidão do mesmo.
- b) No procedimento de suscitação de dúvida, caso o interessado tenha impugnado a dúvida, será ouvido o Ministério Público no prazo de quinze dias.
- c) Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob dois números de ordem no Protocolo.
- d) Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, porém, a prenotação de seus títulos aos interessados.

e) A suscitação de dúvida tem natureza administrativa, todavia como é julgada por sentença e faz coisa julgada material entre as partes, os interessados ficam impedidos de utilizar o processo judicial contencioso.

25. À luz da legislação pertinente, da jurisprudência e da doutrina, julgue os itens a seguir, a respeito de registro de imóveis.

I De acordo com o STJ, o procedimento de dúvida registral previsto na Lei de Registros Públicos tem natureza administrativa, não constituindo prestação jurisdicional.

II Para garantir o princípio da legalidade registral, o registrador deve fazer um prévio controle dos títulos apresentados para registro, via procedimento de qualificação registral, verificando a obediência aos requisitos legais e concluindo pela aptidão ou inaptidão dos títulos para registro.

III O princípio da especialidade ou especialização registral é consagrado na Lei de Registros Públicos: caso o imóvel não esteja matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial deverá exigir a prévia matrícula e o registro do título anterior.

IV O registrador deve fundamentar eventual recusa à prática do ato registral em nota devolutiva e caso o interessado não concorde com a exigência, pode impetrar mandado de segurança contra o oficial imobiliário.

- a) Apenas os Itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão incorretos.
- d) Nenhum item está correto.
- e) Todos os itens estão incorretos.

26. Com relação ao procedimento de dúvida, em matéria de registro públicos, assinale a alternativa correta.

- a) participação do representante do Ministério Público é dispensada, na qualidade de fiscal da lei.
- b) O entendimento majoritário é de que se trata de hipótese de jurisdição voluntária.
- c) A decisão final que o extingue não transita em julgado.

d) Dispensa o contraditório e a ampla defesa no procedimento de dúvida.

e) A decisão final que o extingue impede o uso de processo contencioso na via judicial.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

27. No registro de títulos e documentos, o registro integral consistirá em na transladação dos documentos, com a mesma ortografia e pontuação, com referência às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, alterações, defeitos ou vícios que tiver o original apresentado.

- a) Neste caso, não será necessária a referência aos seus característicos exteriores e às formalidades legais.
- b) Quando o registro integral for de documentos mercantis, a transcrição poderá ser feita na mesma disposição gráfica em que estiverem escritos, se o interessado assim o desejar.
- c) Feita a transladação integral, não é necessária qualquer ressalva ou encerramento.
- d) Mesmo que o documento apresentado para registro integral seja impresso idêntico a outro já anteriormente registrado na serventia, no mesmo livro, o registro integral consistirá em sua transladação, com a mesma ortografia e pontuação, com referência às entrelinhas ou quaisquer acréscimos.
- e) O registro integral não poderá ser realizado quando o documento contiver defeitos ou vícios.

28. No registro de títulos e documentos, o registro resumido será feito:

- a) somente mediante declaração da natureza do título.
- b) mediante declaração da natureza do título e seu valor, não sendo necessário fazer referência ao reconhecimento de firma quando houver.
- c) indicará o nome das testemunhas, data da assinatura e reconhecimento de firma, se houver, não sendo necessário fazer referência ao lugar em que tenha sido feito.
- d) independe de qualquer referência à importância e à qualidade do imposto pago.
- e) mediante declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo, e da averbação, a importância e a qualidade do imposto pago.

29. Sobre o registro de títulos e documentos, marque a alternativa ERRADA:

- a) Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.
- b) Protocolado o título ou documento, far-se-á, em seguida, no livro respectivo, o lançamento, (registro integral ou resumido, ou averbação), e, concluído este, declarar-se-á no corpo do título, documento ou papel, o número de ordem e a data do procedimento no livro competente, rubricando o oficial ou os servidores esta declaração e as demais folhas do título, do documento ou do papel.
- c) Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para

produzirem efeitos legais no País e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações lavradas em língua estrangeira.

d) Para o registro resumido, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.

e) Antes de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, será feita, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando, em seguida, o oficial ou os servidores.

30. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas:

a) Serão inscritos os atos das sociedades civis que se revestirem das formas estabelecidas nas leis empresariais, inclusive as anônimas.

b) Serão inscritos os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.

c) Será feito o registro das revistas científicas, ainda que não enquadradas como periódico ou agência de notícias.

d) Será feito o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos.

e) A pessoa jurídica que se dedique ensinar mecanismos de lavar dinheiro oriundo da corrupção merece registro.

NORMAS ESTADUAIS**Tiago Zanolla**

31. Consoante dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina, as comarcas são classificadas em

- a) Entrância Inicial e Final.
- b) Entrância Inicial, Intermediária e Final.
- c) Entrância Inicial, Intermediária e Especial.
- d) Primeira e Segunda Entrância.
- e) Primeira, Segunda e Terceira Entrância.

32. Considere:

I - Juiz Adjunto

II - Juiz Substituto;

III - Juiz de Direito de entrância inicial;

IV - Juiz de Direito de entrância final; e

V - Juiz de Direito de entrância especial.

Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias, a Magistratura dos cargos disposto em

- a) Nenhum
- b) Todos
- c) Apenas I, II, III e V
- d) Apenas II, III, IV e V
- e) Apenas III, IV e V

33. Nas Comarcas de unidade de divisão judiciária única, a Direção do Foro será exercida pelo Juiz titular; naquelas com mais de uma unidade de divisão judiciária,

- a) pelo Juiz de Direito designado pelo Tribunal Pleno, pelo prazo de dois anos.
- b) pelo Juiz de Direito designado pelo Órgão Especial, pelo prazo de dois anos.
- c) pelo Juiz de Direito designado pelo Conselho da Magistratura, pelo prazo de dois anos.
- d) pelo Colégio de Juízes de Direito, pelo prazo de um ano.
- e) pelo Juiz de Direito designado pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelo prazo de um ano.

34. Seção Judiciária é

- a) o conjunto das Subseções Judiciárias
- b) o agrupamento de Regiões Judiciárias
- c) o agrupamento de Circunscrições Judiciárias
- d) o agrupamento de Comarcas e Comarcas Não-Instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas
- e) unidade de divisão judiciária com competência territorial específica, vinculada administrativamente à Comarca

35. Acerca da organização judiciária do Estado de Santa Catarina, julgue os itens a seguir e assinale a opção em desacordo com a Lei Complementar n. 339/2006:

- a) A Comarca constituída de mais de um município terá a denominação daquele que lhe servir de sede.
- b) Ocorrendo agregação de Varas, os Juízes passam a ter competência concorrente, funcionando em regime de cooperação.
- c) Se o interesse público exigir, poderá o Tribunal de Justiça transferir, provisoriamente, a sede da Comarca.
- d) Instalada Comarca ou Vara, para ela serão deslocados os serviços judiciários e todos os processos em curso e os findos, salvo aqueles com a instrução concluída.
- e) Na forma a ser estabelecida pelo Tribunal Pleno, poderá ser dispensada a expedição de cartas precatórias para a comunicação e a realização dos atos judiciais em Comarca diversa daquela em que tramita o feito.

36. Segundo o Código de Organização e divisão judiciárias do estado de Santa Catarina, o órgão supremo do Poder Judiciário é

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Conselho Superior da Magistratura
- d) Tribunal de Justiça
- e) Presidente do Tribunal de Justiça

DIREITO CIVIL**Paulo Sousa**

37. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

38. Serão registrados em registro público, exceto:

- a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- b) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- c) a emancipação em razão do exercício de emprego público efetivo;
- d) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- e) os nascimentos, casamentos e óbitos.

39. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.

40. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;

e) o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

41. Em relação ao Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação incorreta:

- a) em uma obrigação indivisível, o herdeiro do devedor solidário poderá ser cobrado sozinho pela dívida toda;
- b) a responsabilidade civil independe da criminal, sendo possível rediscutir a existência do fato no processo civil mesmo quando decidido em contrário no juízo criminal;
- c) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste;
- d) a responsabilidade pela evicção pode ser excluída pelas partes contratantes mediante cláusula expressa;
- e) nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de se abster do que era obrigado.

42. O prazo para requerer a anulação da venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, é:

- a) decadencial, de dois anos;
- b) prescricional, de dois anos;
- c) decadencial, de quatro anos;
- d) prescricional, de quatro anos;
- e) prescricional, de cinco anos.

43. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;

- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;
- e) apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação depois que os demais credores, não falecidos, tiverem o seu crédito satisfeito.

44. Em relação ao Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação correta:

- a) o exercício de cargo em comissão na Administração Pública é situação que permite a emancipação do menor de dezoito anos;
- b) em uma associação civil, há direitos e obrigações recíprocos entre os seus associados.;
- c) as praças públicas são bens públicos de uso especial;
- d) não constitui ato ilícito a lesão a pessoa quando resultar do exercício regular de um direito conhecido;
- e) em um negócio jurídico, o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

45. Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos;
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados;
- c) dez anos contínuos;
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados;
- e) cinco anos contínuos, se entre ausentes.

46. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar;

- e) o testamento particular deve ser escrito de próprio punho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

47. Assinale a alternativa correta em relação ao amicus curiae:

- a) é requisito para sua admissão a demonstração de interesse jurídico na demanda.
- b) essa modalidade de intervenção de terceiros deverá ocorrer, necessariamente, por meio atuação de pessoa natural.
- c) apenas a decisão que admite o ingresso deste terceiro no processo é irrecorrível. Assim, contra a decisão que inadmite o seu ingresso será cabível agravo de instrumento ou agravo interno, a depender da situação.
- d) o ingresso da União ou algum ente federal no processo como amigo da corte, desloca a competência do feito para a Justiça federal.
- e) é possível a intervenção de amicus curiae em reclamação.

48. De acordo com o Código de Processo Civil, é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. São requisitos para essa cumulação:

- I. os pedidos devem ser compatíveis entre si;
- II. o juízo deve ser competente para deles conhecer;
- III. o procedimento deve ser adequado para todos os pedidos.

Estão corretos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) apenas II.
- e) apenas II e III.

49. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
- b) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- c) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
- d) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- e) Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.

50. Considere as disposições do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo.

- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) A Fazenda pública não terá prazo em dobro para interpor o recurso adesivo.
- c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.
- d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- e) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal.

51. Sobre o direito probatório, marque a alternativa correta:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos.
- b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- c) Determinada pelo Juízo, a recusa pela parte, e por terceiros, a exhibir documento ou coisa importará na admissão como verdadeiros os fatos que a outra parte pretendia provar.
- d) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- e) O NCPC não previu o instituto da prova emprestada. Assim, a regulação desse instituto é delineada apenas pela jurisprudência.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

52. Acerca de uma sociedade unipessoal limitada destinada ao comércio de calçados, assinale a assertiva correta:

- a) não poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade.
- b) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que a primeira esteja em atividade há pelo menos cinco anos.
- c) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que se destine a outro ramo de negócio.
- d) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, já que a legislação atual não prevê restrições para essa espécie.

53. Assinale a opção que indica o sobrevalor dado ao estabelecimento em vista de sua boa administração e organização de seus bens, que não se confunde com os bens imateriais propriamente ditos e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) ponto empresarial

54. Nos termos da Lei de Falências, os créditos extraconcursais incluem o(a)

- a) Crédito trabalhista no valor de até cem salários mínimos.
- b) Crédito com privilégio especial, com direito de retenção atribuído por lei sobre a coisa dada em garantia.
- c) Obrigações trabalhistas constituídas após a decretação da quebra.
- d) multa contratual e a pena pecuniária.
- e) crédito subordinado dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício.

55. De acordo com o Código Civil, é característica das sociedades cooperativas, EXCETO

- a) o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- b) a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.
- c) a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.
- d) a impossibilidade, aliada à invariabilidade, de dispensa do capital social.

56. A resolução de uma sociedade simples pode ocorrer por

- a) decurso do prazo de duração ou por decisão majoritária dos sócios, quando a sociedade tiver prazo indeterminado.
- b) decisão unânime dos sócios e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.

c) morte do sócio, se não houver disposição diferente no contrato social, ou por exclusão judicial do sócio devido a falta grave no cumprimento de obrigações societárias.

d) falta de pluralidade de sócios por mais de cento e oitenta dias e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.

57. À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito do Empresário Individual.

- a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) é obrigatório o uso da firma na composição do nome empresarial.
- c) A formação dessas empresas poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.
- d) As regras previstas para EIRELI devem ser aplicadas subsidiariamente.

58. Em relação à sociedade limitada, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

DIREITO DO CONSUMIDOR**Igor Maciel**

59. Vitor ajuizou ação contra o Banco Gold, fundamentada nas normas consumeristas, alegando que é acionista investidor da instituição financeira e que deveria ter recebido dividendos correspondentes às suas ações preferenciais e que eles não foram pagos pelo banco. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A jurisprudência pátria é firme no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável às instituições financeiras.
- b) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, excluídos os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- c) Segundo a teoria subjetiva ou maximalista, destinatário final é aquele que ultima a atividade econômica, isto é, que retira de circulação do mercado o bem ou o serviço para consumi-lo, suprimindo uma necessidade ou satisfação própria.
- d) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.
- e) Não há relação de consumo entre a pessoa natural, que visa a atender necessidades próprias, e as sociedades que prestam, de forma habitual e profissional, o serviço de corretagem de valores e títulos mobiliários.

60. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, acerca contratos, é correto afirmar:

- a) Presume-se anulável, entre outros casos, a vantagem que ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence.
- b) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- c) É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Poder Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a

nulidade de cláusula contratual que de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

- d) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se inexistentes as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- e) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**Ricardo Torques**

61. Os gêmeos Arthur e Pedro, 11 anos de idade, sempre foram muito amigos, mas nunca deram muita atenção às instruções dadas por seus pais. Numa ida ao shopping, as crianças se encantaram com os brinquedos e acabaram desenhando dos pais. Ao visualizar os filhos, o pai correu e pegou ambos pelas orelhas, conduzindo-os nessa condição até o veículo no estacionamento. A gritaria das crianças só despertou os olhares dos demais consumidores, aumentando a força com que o pai os conduzia. Sobre a situação narrada, pode-se afirmar:

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente veda que sejam utilizados castigos físicos em crianças em razão do seu estágio de desenvolvimento, mas permite que tais medidas sejam impostas a adolescentes.
- b) Desde que utilizados moderadamente e visando a correção ou educação de crianças e adolescentes, os pais podem valer-se de castigos físicos.
- c) O Estatuto da Criança e do Adolescente utiliza as expressões "castigo físico" e "tratamento cruel" como sinônimas.
- d) Os pais de Arthur e Pedro poderão ser encaminhados a tratamento psiquiátrico, bem como

poderão ser obrigados a encaminhar os filhos a tratamento especializado.

e) As medidas aplicáveis aos pais de Arthur e Pedro poderão ser impostas pelo Conselho Tutelar, membro do Ministério Público ou autoridade judiciária competente.

62. Marina está em um programa de acolhimento institucional e recentemente recebeu a visita de Laura, que participa de uma ONG que luta pelos direitos e garantias de crianças e adolescentes. Laura ficou encantada com a doçura de Marina e decidiu que queria ser sua madrinha. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto que:

a) os programas de apadrinhamento são voltados exclusivamente às crianças.

b) o apadrinhamento tem por objetivo estabelecer vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária, permitindo o desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

c) é necessário que Laura seja, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velha que Marina e não poderá estar inscrita nos cadastros de adoção.

d) Laura, pessoa física, poderá ser madrinha de Marina, mas a ONG da qual participa não.

e) Marina será apadrinhada em igualdade de condições e oportunidades que José, adolescente de 14 anos que apresenta remota possibilidade de colocação em família adotiva.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

63. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com as normas do Código Penal:

a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu o resultado.

d) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, dependendo de pedido da parte interessada.

64. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes contra a fé pública:

a) A falsificação de carimbo de tabelião não se enquadra no tipo penal de falsificação de selo ou sinal público, por não se tratar de material de uso controlado, conforme entendimento pacífico na jurisprudência.

b) Adulterar uma escritura firmada por tabelião configura falsificação material de documento público.

c) A falsificação de título ao portador configura o crime de falsificação de documento público, por expressa previsão legal.

d) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, conforme aponta a doutrina, é próprio, razão pela qual não se configura se um particular falsifica o reconhecimento da autenticidade de firma em documento.

e) Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem configura crime específico, e não o delito de falsidade ideológica do artigo 299 do Código Penal.

65. Julgue os itens a seguir:

I – João, de vinte anos de idade, convidou Sofia, rica empresária, para uma festa em uma casa noturna. Lá, adiciona uma substância na bebida da moça, conhecida como “Boa Noite, Cinderela” e, com isso, faz com que ela adormeça sobre o balcão de bebidas. Aproveita-se, então, e subtrai da sua bolsa uma grande quantia em dinheiro e deixa o local. João praticou o crime de furto mediante fraude.

II- Lauro tentou comprar uma ferramenta de trabalho utilizando-se de uma nota falsa. A falsidade foi percebida de imediato e, conforme perícia realizada, era grosseira. Deste modo, responderá pelo crime de estelionato, na modalidade tentada, sendo crime de competência da Justiça Comum Estadual.

III - Sófocles, de vinte anos de idade, chamou sua namorada para sua casa e, percebendo que seu filho estava dormindo, iniciou relações sexuais com a porta aberta. Seu filho, de 8 anos de idade, acordou com o barulho e, então, surpreendeu o casal no ato. Sófocles responde por satisfação da lascívia mediante presença de criança.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

66. Lázaro recebeu todo o seu salário do mês e sacou logo após o expediente. Guardou o dinheiro no bolso e, mais tarde, ao procurar o montante, não conseguiu encontrar. Em desespero, notou que não havia mais comida em casa. Foi, então, ao mercado local, e subtraiu alimentos suficientes para alimentar a família toda, com 5 filhos, o que levou a um montante considerável em valor subtraído, já que até o leite especial das crianças havia acabado. Um dia depois, estava limpando o seu quarto, quando percebeu que o dinheiro havia caído atrás da sua poltrona.

Assinale a alternativa correta sobre o que pode ser alegado em sua defesa:

- a) Lázaro agiu em erro de proibição, devendo ter a pena diminuída de um sexto a um terço.
- b) Lázaro agiu em erro de proibição indireto, só podendo responder por culpa, de modo que não será responsabilizado, dada a inexistência do tipo culposo do furto.
- c) Lázaro agiu em erro de tipo essencial, devendo responder por culpa, no caso de o juiz considerar que o erro era evitável.
- d) Lázaro agiu em erro de tipo permissivo, só podendo responder por culpa, de modo que não será responsabilizado, dada a inexistência do tipo culposo do furto.
- e) Lázaro agiu em aberratio criminis, por ter praticado estelionato no final das contas.

67. Assinale a alternativa que não representa um entendimento consolidado do STJ:

- a) A sentença condenatória interrompe a prescrição quando da entrega dos autos ao escrivão.
- b) O prazo prescricional da pretensão executória começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação.
- c) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- d) O indulto extingue os efeitos primários (pretensão executória) e secundários da condenação, mas não atinge os efeitos extrapenais.
- e) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Leonardo Tavares**

68. A respeito dos princípios do direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- a) No Direito Processual Penal, aplica-se o princípio da retroatividade da lei mais benéfica ao acusado.
- b) De acordo com o STF, reconhece-se ofensa ao princípio da ampla defesa pelo indeferimento de pedido de diligência à polícia para localizar testemunha.
- c) Ao Direito Processual Penal aplica-se o princípio do *tempus regit actum*; como consectário, lei processual mais grave superveniente não pode se aplicar aos processos em andamento.
- d) Inspirado no princípio de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si, o agente pode se recusar a realizar exame de etilômetro (bafômetro), podendo, porém, o crime ser demonstrado por outros meios de prova;
- e) A autoridade policial poderá fazer uso das algemas no caso de resistência à prisão ou risco para integridade física própria ou alheia, mas não quando houver receio de fuga.

69. O inquérito policial, de acordo com a disciplina vigente e eficaz,

- a) Pode ser arquivado por iniciativa do Promotor de Justiça, no entanto, depende de homologação do juiz que, caso discorde do arquivamento, deverá remeter os autos ao Procurador-geral.
- b) Deve ser arquivado somente por ordem do Promotor de Justiça ou da autoridade policial.
- c) Após arquivado, jamais poderá ser novamente aberto para novas investigações a respeito do mesmo fato.
- d) Possui caráter administrativo e acusatório, devendo obrigatoriamente ser oportunizada a ampla defesa ao acusado.
- e) Poderá ser instaurado, no caso de ação penal pública ou privada, de ofício e a requerimento da parte ofendida.

70. Janaína foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Compareceu em sede policial e manifestou ao Delegado o interesse em representar em face do autor dos fatos. Diante disso, foi oferecida denúncia pelo Ministério Público. Janaína, porém, demonstrou interesse posterior em se retratar da representação.

Considerando esse caso hipotético, é correto afirmar que Janaína:

- a) Não pode se retratar da representação, pois a denúncia já foi oferecida.
- b) Poderá se retratar da denúncia apenas se houver justificativa plausível.
- c) Deve requerer ao Ministério Público a desistência da ação penal.
- d) Possui o prazo de 6 (seis) meses para se retratar, a contar do oferecimento da inicial acusatória.
- e) Pode se retratar até o recebimento da denúncia.

71. Avalie as assertivas a seguir e assinale a opção correta.

I - Não deve ser desentranhada a prova derivada da ilícita quando puder ser obtida por uma fonte independente.

II - Os demais meios de prova não são aptos a suprir a falta do exame de corpo de delito, essencial para demonstração da materialidade do fato.

III - O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

IV - Sempre é válida a gravação da conversa informal entre o preso e os policiais, mesmo sem o conhecimento e consentimento daquele.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I e III.
- e) I, II, III e IV.

72. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito. Tal afirmação remonta, de acordo com a doutrina, a uma hipótese de:

- a) suspeição.
- b) imparcialidade.
- c) impedimento.
- d) dúvida.
- e) incompetência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

73. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) foi subscrita por 208 deputados federais e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. No primeiro turno de votação, recebeu 315 votos favoráveis e, no segundo turno, 308 votos. Tendo sido enviada ao Senado, o texto foi aprovado, sem alteração, em dois turnos de votação, por 60% do total de membros da Casa em cada turno. Em seguida, a emenda foi promulgada pelo Presidente da República e enviada à publicação. A respeito da narrativa, indique a alternativa correta.

- a) Houve falha na iniciativa, uma vez que 208 deputados não são legitimados à propositura de PEC.
- b) No Senado, a PEC não atingiu o quórum suficiente para ser aprovada.
- c) O Presidente da República não tem competência para promulgar emenda e nem para enviá-la à publicação.
- d) O processo legislativo transcorreu como determinado pela Constituição Federal e não apresentou nenhum vício formal.
- e) A PEC deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, se manifestar sancionando ou vetando.

74. A respeito dos direitos de greve e de sindicalização, indique a assertiva correta, conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- a) Aos militares das Forças Armadas e aos militares estaduais são proibidas a sindicalização e a greve.
- b) O exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores depende de regulamentação de lei infraconstitucional.
- c) A Constituição Federal assegura expressamente o direito de greve aos servidores públicos, competindo a cada categoria decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, independentemente de lei específica sobre a matéria, pois a norma tem aplicabilidade imediata.
- d) Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal, militares e policiais civis, federais e rodoviários federais não têm direito de greve e nem de sindicalização.
- e) Diferentemente do que se aplica aos militares, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os policiais civis e federais, assim como os demais servidores públicos, gozam do direito de greve.

75. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.

e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

76. A respeito dos direitos políticos, indique a assertiva correta.

a) A soberania popular será exercida mediante sufrágio universal e por voto direto, secreto, com valor igual para todos. O sufrágio ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos e o sufrágio negativo corresponde à restrição de exercício dos direitos de votar e/ou de ser votado.

b) João foi condenado por improbidade administrativa, de maneira que, como consequência, sofreu também a suspensão dos direitos políticos. Assim, no período da condenação, João não poderá concorrer a mandato eletivo e nem ocupar cargo ou emprego público, embora não esteja impedido de votar.

c) A condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Entretanto, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se a pena privativa de liberdade for convertida em restritiva de direitos, não haverá impedimento de exercício dos direitos políticos.

d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a sua publicação. Essa garantia constitucional é conhecida como anterioridade eleitoral e constitui garantia individual do eleitor, sendo por isso considerada cláusula pétrea que não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição Federal.

e) A ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça e só poderá ser proposta perante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação.

77. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre:

a) iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.

b) subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.

c) autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

d) a mudança temporária da sede do Legislativo.

e) concessão de anistia.

78. Dentre as atribuições do Presidente da República enumeradas na Constituição Federal, algumas poderão ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Indique a alternativa que contenha apenas competência delegável.

a) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

b) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

c) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.

d) conferir condecorações e distinções honoríficas.

e) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento.

79. Acerca do Poder Judiciário assinale a opção correta.

a) Compete aos Juízes Federais processar e julgar o litígio entre a União e o estado, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, a ação popular contra ato do Procurador-Geral da República.

c) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais

Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

80. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

81. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do Estado de Camboriú, a partir do desmembramento do Estado de Santa Catarina. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do Estado de Camboriú dependeria de divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Camboriú poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional,

após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.

e) O projeto de lei complementar destinado à criação de novos Estados é da iniciativa privativa do Presidente da República, razão pela qual há vício de iniciativa no processo legislativo que não pode ser convalidado pela sanção presidencial.

82. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor:

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

83. Acerca da organização administrativa, marque a assertiva correta:

- a) A desconcentração é o fenômeno de distribuição de competências para uma pessoa, jurídica ou física, distinta.
- b) Os órgãos públicos são unidades administrativas personalizadas, dotadas de um feixe de atribuições e são ocupados por um agente público.
- c) A teoria do mandato é a teoria aplicada como regra no Brasil.
- d) Os órgãos autônomos são os órgãos de cúpula da Administração, subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes; possuem autonomia administrativa e financeira, mas não possuem autonomia técnica.
- e) Os órgãos superiores são órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia; não possuem autonomia financeira e administrativa, possuindo apenas autonomia técnica.

84. De acordo com os poderes administrativos, marque a assertiva correta:

- a) O poder hierárquico é o poder de escalonar as funções entre órgãos e agentes da mesma entidade ou não.
- b) O poder disciplinar consiste na apuração de infrações administrativas, assim como na imposição de penalidades (quando necessário) aos servidores e a todos os particulares.
- c) O poder de polícia é fato gerador de tarifas.
- d) O poder de polícia não admite delegação.
- e) O poder de polícia pode se manifestar ora por atos vinculados, ora por atos discricionários.

85. São atributos do ato administrativo, exceto:

- a) Presunção de legitimidade
- b) Imperatividade
- c) Tipicidade
- d) Competência
- e) Autoexecutoriedade

86. De acordo com a Lei nº 8.666/93, dentre as modalidades de licitação definidas em razão do valor do contrato, destaca-se a tomada de preços, que é aquela entre:

- a) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa;
- b) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- c) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial;
- d) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;

e) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis.

87. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado e os entendimentos do Tribunais Superiores, julgue os itens abaixo:

I – O Estado possui responsabilidade civil direta e primária pelos danos que tabeliães e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

II – O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa

III – É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil, bem como as decorrentes de atos de improbidade administrativa.

IV – Não se aplica, no país, a teoria do risco integral.

Estão incorretos:

- a) Todos os itens;
- b) Os itens I e II
- c) Os itens II e III
- d) Apenas o item I
- e) Os itens III e IV

88. Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

O instrumento acima conceito refere-se:

- a) Termo de Colaboração
- b) Termo de Fomento
- c) Acordo de cooperação
- d) Termo de Parceria
- e) Contrato de rateio

89. São atos de improbidade administrativa que violam princípios, exceto

- a) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência
- b) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício
- c) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público
- d) negar publicidade aos atos oficiais
- e) frustrar a licitude de concurso público

90. De acordo com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca da temática improbidade administrativa, julgue os itens abaixo:

I - A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

II - Não há improbidade administrativa na prática de eventuais abusos perpetrados por agentes públicos durante abordagem policial, caso os ofendidos pela conduta sejam particulares que não estavam no exercício de função pública.

III - Ação Civil de perda de cargo de Promotor de Justiça cuja causa de pedir não esteja vinculada a ilícito capitulado na Lei n. 8.429/1992 deve ser julgada pelo Tribunal de Justiça

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas o item III está errado
- c) Os itens II e III estão errados
- d) Apenas o item I está correto
- e) Todos os itens estão errados

91. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

c) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.

d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.

e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

92. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte

b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público

c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

e) O IPVA não pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

93. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.
- c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) A lei ordinária pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

94. Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

- a) O IPI deve ser seletivo, variando em função da essencialidade do produto.
- b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- c) É inconstitucional a cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural que o faça para uso próprio.
- d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.
- e) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

95. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, ainda quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

96. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.

e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

97. “Uma forte explosão na região portuária de Beirute, capital do Líbano, deixou ao menos 135 mortos e 4 mil feridos nesta terça-feira (4/8), segundo o governo do país.

Conforme mostram vídeos e fotos que correram o mundo, a explosão produziu uma enorme nuvem em formato de cogumelo e, depois, provocou enorme destruição na cidade, com incêndios, prédios balançando e vidros e carros quebrados a dezenas de metros do local. Aparentemente, diversos edifícios sofreram danos estruturais.

A explosão pôde ser ouvida a 240 km de distância, na ilha de Chipre, no Mediterrâneo.”

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em 09/09.

Tendo o fragmento de texto apresentado anteriormente como referência inicial, assinale a alternativa correta:

- a) A explosão foi resultado da detonação de grande quantidade de nitrato de amônio armazenado no porto de Beirute, sem as devidas medidas de segurança, do qual ainda não há suspeitas sobre sua origem.
- b) O Líbano, que já vivia uma profunda crise social e econômica antes do desastre, abriga um grande número de refugiados sírios, fugidos da guerra civil no país vizinho.
- c) O fato de possuir diversas comunidades religiosas distintas convivendo no mesmo espaço territorial, sem representação no governo, é um fator gerador de conflitos no país.
- d) O movimento islâmico e partido político libanês Hezbollah atua na guerra civil da Síria, lutando pela derrubada do regime de Bashar al-Assad, sendo apoiado pela Arábia Saudita e Israel.
- e) Devido à sua localização, o Líbano é um país de grande importância estratégica, além disso, faz

fronteira com dois grandes produtores de petróleo do Oriente Médio: Arábia Saudita e Irã.

98. “Em maio, foi apresentado no Senado Federal o PL 2.630/2020. Também denominado como Lei das Fake News, o projeto de lei foi proposto pelo Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA – SE) e definido como a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

A votação da proposta estava marcada para o início de junho. No entanto, até então, o projeto não havia recebido um parecer de seu relator, o Senador Angelo Coronel (PSD – BA). Além disso, devido à falta de consenso entre os senadores e as divergências apresentadas pela sociedade, a votação foi adiada até que ocorresse no dia 30 de junho. Através de uma sessão virtual, o texto final do PL foi aprovado com 44 votos favoráveis e 32 votos contrários, seguindo para tramitar na Câmara dos Deputados.”

Disponível em: <https://www.politize.com.br>. Acesso em 09/09.

Com base fragmento de texto destacado e nos seus conhecimentos a respeito da realidade brasileira na atualidade, julgue os itens a seguir:

I - Embora seja uma prática antiga, o debate sobre fake news ganhou sua atual relevância durante a campanha presidencial dos Estados Unidos em 2016, e no contexto de referendo da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

II - No ambiente das *fake news*, tornou-se popular o termo “pós-verdade” que pode ser entendido como um momento no qual as emoções e as crenças pessoais possuem mais importância que os fatos objetivos e reais.

III - O Projeto de Lei conhecido como Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet prevê a proibição de conteúdos impulsionados e publicitários identificados como propaganda eleitoral, além de conteúdos que mencionem candidato, coligação ou partido.

Estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.

d) I, II e III.

e) Todos estão incorretos.

99. “A globalização já não é mais questão de opção; é inevitável para qualquer país que pretenda o pleno desenvolvimento econômico, e que queira fazer parte da integração mundial que está acontecendo para não sofrer prejuízo ou discriminação por não acompanhar os movimentos internacionais.

Sendo assim, com a crescente busca, por novos mercados e todos os demais diferentes parâmetros adotados mundialmente, diversos efeitos econômicos emergiram.”

Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/>. Acesso em 09/09.

A respeito de temas diversos da economia e dos países na atualidade, são feitas as seguintes afirmativas:

I - O vertiginoso crescimento econômico chinês que alçou o país à condição de segunda maior economia do mundo teve como alguns de seus principais fatores a liberalização econômica por meio da abertura de mercado com a instalação de multinacionais e a concessão de incentivos fiscais associados aos baixos custos da mão de obra.

II - Apesar das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, o mercado norte-americano é muito importante para a indústria asiática, grande exportadora de produtos para a maior economia do mundo.

III - O Brasil se apresenta para o mercado global como um grande exportador de produtos com baixo valor agregado, o que pode deixá-lo em uma posição vulnerável, pois são produtos que estão sujeitos a fortes oscilações.

Estão corretas as alternativas:

a) I e II

b) II e III.

c) II e IV.

d) I e IV.

e) I, II e III.

100. “Desde a última semana de julho, o Pantanal arde em chamas. O bioma, declarado um patrimônio mundial pela ONU (Organização das Nações Unidas), enfrenta o que é considerado seu maior incêndio desde 2006, com a origem do fogo ainda desconhecida.

Em três semanas, as chamas destruíram em torno de 200 mil hectares de vegetação – uma área com 50 mil hectares a menos do que o tamanho da cidade de São Paulo. Não há previsão para que a situação seja controlada.”

Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br>. Acesso em 09/09.

Com base no enunciado e nos seus conhecimentos a respeito do tema e dos múltiplos aspectos a ele relacionados, assinale julgue os itens:

I - O Pantanal tem sido significativamente degradado devido às pressões exercidas por atividades econômicas, sobretudo o desmatamento, devido à crescente urbanização da região, e o turismo.

II - Embora consideradas nocivas para a atmosfera, pois liberam gás carbônico, intensificando o efeito estufa, o método das queimadas é um ótimo fertilizante para o solo do pantanal, caracterizado por ser naturalmente pobre em nutrientes.

III - Uma das principais causas dos incêndios no Pantanal está relacionada à ação humana, intensificada pela falta de chuvas no bioma, que tem associação com o desmatamento na Amazônia.

Estão corretos os itens:

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) I e II.

e) II e III.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-12-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>